

## BAIRROS DEGRADADOS DA CIDADE DE LISBOA

---

*Luís Soczka \**

*Paulo Machado \*\**

*Maria João Freitas e*

*Marta Moura \*\*\**

Os autores procedem à apresentação de alguns dados relativos ao fenómeno da urbanização em Portugal e discutem algumas das suas consequências, focando preferencialmente a existência dos bairros degradados da cidade de Lisboa, nomeadamente os de barracas e os de construção provisória (ou precária) de propriedade municipal.

Recorrendo a parte da informação actualmente disponível e proveniente de um projecto de investigação desenvolvido desde 1985 pelo Grupo de Ecologia Social do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, apresentam-se dados relativos à caracterização socioecológica de um dos bairros «provisórios» da Cidade: a Musgueira Sul.

**Político** — Considerando muitas vezes que são mais poderosos os príncipes que têm a força do seu Estado junta em uma grande, populosa e abastecida cidade, que não aqueles cujo senhorio é dividido em muitas e pequenas povoações, abraçando um grande distrito sumamente, me deleito em ver tão grande esta nossa cidade de Lisboa, e me maravilho do muito que tem crescido depois que nossos progenitores a 'ganharam aos Mouros'.

**Filósofo** — Muita razão tendes de vos deleitar, vendo a grandeza de Lisboa: porque (como dizeis) mais poderosa é uma grande cidade que muitas pequenas, que a virtude unida tem maior força...

**Soldado** — Eu fora de contrária opinião, se não tivera contra mim as Vossas; porque as cidades grandes não podem ser bem governadas, que na grande multidão ordinariamente há grande confusão, e a grande confusão causa desordens, e as cidades onde as há não podem ser tão poderosas como as bem ordenadas; e a falta dos mantimentos, que em maior povo é maior, sempre diminui grandemente o poder.»

(Luís Mendes de Vasconcelos, *Diálogos do Sítio de Lisboa*, 1608)

---

\* Psicólogo. Investigador auxiliar do LNEC. Coordenador da Equipa de Ecologia Social.

\*\* Sociólogo. Estagiário de investigação do LNEC. Membro da Equipa de Ecologia Social.

\*\*\* Sociólogos. Bolseiras de investigação do LNEC. Membros da Equipa de Ecologia Social.

*Luís Soczka, Paulo Machado, Maria João Freitas e Marta Moura*

«A cidade cavava-se em baixo, no vale escuro, picado dos pontos de luz das janelas iluminadas, e, na escuridão, os telhados, os edifícios, faziam um empastamento de sombras mais densas. Aquelas luzes, debaixo daqueles tectos, que fermentação de vida! Quantos amores, quantos mistérios, crimes talvez! Ali, jornalistas compunham artigos, oradores preparavam discursos, estadistas conferenciavam, mulheres aristocráticas nas suas salas falavam de amores, e, nos pianos ricos, gemiam as cavatinas apaixonadas. Que grande, Lisboa!»

(Eça de Queiroz, *A Capital*, 1878)

«Ó céu azul — o mesmo da minha infância —,  
Eterna verdade vazia e perfeita!  
Ó macio Tejo ancestral e mudo,  
Pequena verdade onde o céu se reflecte!  
Ó mágoa revisitada, Lisboa de outrora de hoje!  
Nada me dais, nada me tirais, nada sois que eu me sinta.»

(Álvaro de Campos, *Lisbon Revisited*, 1923)

«Lisboa [...] não pode deixar de considerar-se como tendo um desenvolvimento anormal e uma densidade de povoamento e de aglomeração que cria graves problemas de circulação e de transporte, e deve tornar muito precárias, também as condições de alojamento do próprio habitante, constituindo uma causa permanente de miséria material e moral e até uma constante preocupação para os que assumem as responsabilidades da sua administração municipal.»

(Amorim Girão, *Origens e Evolução do Urbanismo em Portugal*, 1945)

«Na verdade, dada a dimensão do problema habitacional do Concelho de Lisboa, designadamente, no que respeita ao segmento onde é indispensável o investimento público, os meios financeiros necessários são incompatíveis com a capacidade orçamental do Município, tendo também em conta a vasta esfera de atribuições municipais, justificando-se, por este motivo, uma articulação de esforços com o Governo, de modo a contribuir, decisivamente e em tempo socialmente aceitável, para pôr fim às difíceis condições de vida em que se encontram milhares de famílias.»

[CML, *Plano de Intervenção a Médio Prazo (PIMP)*, 1987]

## Introdução

Filósofos, técnicos, poetas, escritores, políticos, entre muitos outros, sempre se debruçaram sobre a cidade, enquanto objecto privilegiado para a expressão das suas opiniões, emoções, ideias, pareceres, projectos e acções de transformação. O discurso sobre a cidade constitui, por isso, uma fonte (quase inesgotável) para a história das mentalidades e para a história económica e social da sociedade portuguesa.

Os alojamentos com carácter provisório ou de má qualidade da cidade de Lisboa também constituem o alvo das preocupações e dos discursos (mais ou menos moralistas, mais ou menos ideológicos) de muitos pensadores portugueses, pelo

menos, como diz Luís Mendes de Vasconcelos, «*desde que os nossos progenitores a ganharam aos Mouros*».

A carência de oferta de habitação com qualidade a todos os cidadãos (independentemente do estrato social a que pertencem) é um denominador comum da história da Cidade, traduzindo bloqueios estruturais que importa eliminar. Se habitar é um facto antropológico, não é menos verdade que ele depende das condições que a sociedade global lhe proporciona, e das quais resultam organizações e formas (padrões de qualidade) por vezes diminuídas.

Não constituindo uma particularidade do momento presente, a habitação foi também objecto de apropriação por parte das ciências sociais, sendo hoje larguíssimo o espectro de eixos problemáticos desenvolvidos. Os sociólogos, por exemplo, consagraram-lhe um ramo específico: a sociologia da habitação. Questões entre muitas outras como a definição de critérios de qualidade da habitação; impactes das condições de alojamento na dinâmica familiar; uso do espaço na habitação; satisfação residencial, são objecto de análise sociológica.

No domínio da psicologia ambiental, a diversidade de temas e problemas abordados é também muito grande. A título de exemplo (próximo da nossa actual actividade de investigação) refira-se que o estudo dos impactes das condições ambientais (nomeadamente das habitacionais) nos grupos e nos indivíduos é responsável por parte da produção científica desta ciência.

## 1. Alguns aspectos do fenómeno da urbanização em Portugal

A análise do fenómeno da urbanização em Portugal é extremamente complexa e não pode merecer neste texto mais do que breves referências. A apresentação de alguns indicadores justifica-se para o enquadramento da análise da evolução dos bairros degradados da cidade de Lisboa nas últimas décadas, uma vez que estes são uma componente (de peso não desprezível) do crescimento do maior aglomerado populacional do País.

Recorrendo a três conceitos frequentemente utilizados na aproximação estritamente quantitativa do fenómeno da urbanização, observa-se que Portugal é (no início da década de 80) um país com um **nível de urbanização**<sup>1</sup> baixo (30,4 % de população urbana) mas com um **grau de urbanização**<sup>2</sup> elevado (45,7 %). Este

---

<sup>1</sup> **Nível de Urbanização** = percentagem de população urbana — a que vive em aglomerados populacionais com mais de 10 000 habitantes — em relação à população total.

<sup>2</sup> **Grau de Urbanização** = percentagem de população urbana vivendo em aglomerados populacionais com mais de 100 000 habitantes em relação à população urbana total. De acordo com os dados do XII Recenseamento Geral da População, existiam (em 1981) três centros urbanos com mais de 100 000 habitantes e setenta e dois com mais de 10 000 habitantes. O critério administrativo não está, de todo, excluído desta

indicador traduz uma concentração populacional muito elevada em torno de três grandes aglomerados urbanos: Lisboa, Porto e Amadora.

As duas primeiras cidades foram, até final da década de 70, as únicas com um efectivo populacional superior a 100 000 habitantes, representando 10,45 %, 11,34 %, 13,39 % e 12,15 % do total da população residente no continente, respectivamente em 1900, 1911, 1960 e 1981. Tomando em consideração a população residente na Amadora, os três centros urbanos representavam, em 1981, 13,91 % da população do território continental.

O Quadro I evidencia duas características importantes da urbanização em Portugal. Por um lado, o número reduzido de aglomerados populacionais com mais de 10 000 habitantes, facto que ainda se mantém em 1981 (não obstante ter quadruplicado relativamente a 1911). Em 1960, cerca de  $\frac{3}{4}$  (72,6 %) da população portuguesa vivia ainda em aglomerados com menos de 5000 habitantes. Por outro lado, a inexistência de cidades de dimensão intermédia, mantendo-se o carácter macrocéfalo das duas grandes áreas metropolitanas: Lisboa e Porto.

Quadro I  
Evolução das cidades portuguesas (em número de habitantes)

DIMENSÃO DO AGLOMERADO (Habitantes)	1911	1940	1950	1960	1981
10 a 20 000	10	17	19	30	41
20 a 30 000	5	4	4	4	19
30 a 40 000	•	3	3	4	4
40 a 50 000	•	2	2	4	3
50 a 60 000	•	•	•	1	1
60 a 70 000	•	•	•	•	2
70 a 80 000	•	•	•	•	2
80 a 90 000	•	•	•	•	•
90 a 100 000	•	•	•	•	•
+ de 100 000	2	2	2	2	3
TOTAL	17	28	30	45	75

Fonte: Recenseamentos oficiais.

Com base num terceiro indicador, o **estádio de urbanização**<sup>3</sup>, verifica-se que Portugal, comparativamente com a situação da maioria dos países da Europa (com

análise mas reconhece-se que o critério demográfico também é insuficiente para se proceder a uma distinção (sociológica) entre população urbana e população rural.

<sup>3</sup> O **estádio de urbanização** resulta da conjugação dos dois indicadores precedentes. Em 1970, o Reino Unido e a Alemanha Ocidental eram os países europeus que apresentavam um maior estágio de urbanização.

grandes variações entre países e regiões), é dos países com um mais baixo estágio de urbanização (a par da Roménia, Hungria e Jugoslávia).

Em síntese, a urbanização em Portugal é um fenómeno recente e apresenta idiosincrasias, quer do ponto de vista das suas coordenadas espaço-temporais, quer no que respeita às suas consequências <sup>4</sup>.

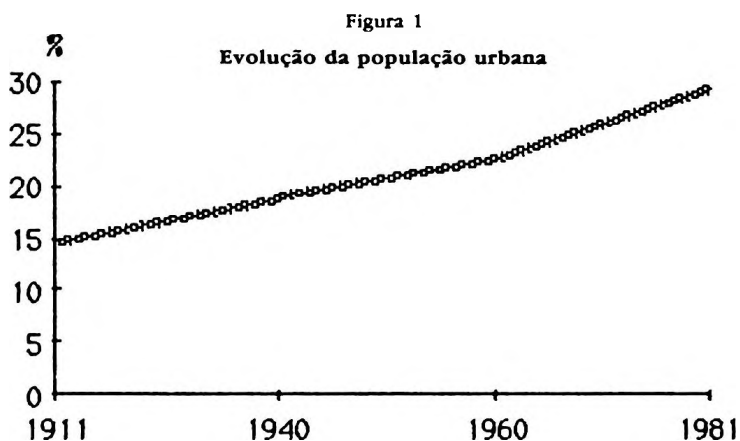
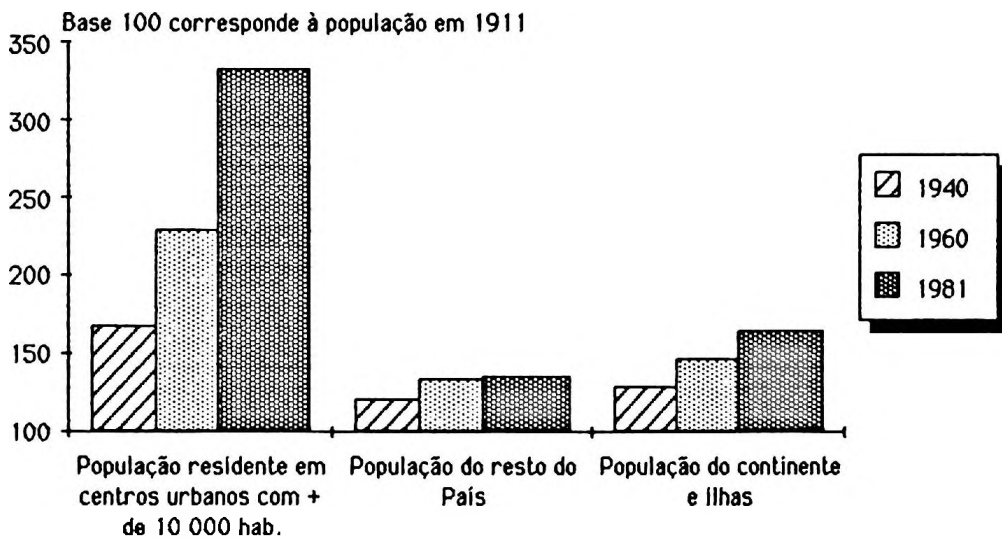


Figura 2  
Evolução da população



<sup>4</sup> Ver, a este propósito, Bárbara Lopes e Filipe Lopes (1966), «O fenómeno da urbanização e suas incidências em Portugal», in *Informação Social*, n.º 3, Julho-Setembro, Lisboa, Ministério da Saúde e

### 1.1. A carência de habitações

Os problemas habitacionais nas cidades não se esgotam na existência de barracas e casas abarracadas (dispersas ou agrupadas em bairros). Estes são, apenas, uma das facetas da carência habitacional. A maioria das construções clandestinas — de que as barracas são, na sua quase totalidade, um subconjunto<sup>5</sup> —; as sublocações; a sobreocupação de alojamentos; as construções degradadas (património antigo e o recente de má qualidade) e o conjunto das pessoas desprovidas de habitação, são outras das facetas de que se reveste esta carência habitacional.

Embora o número de barracas e casas abarracadas tenha diminuído, as carências de alojamento, mais agudas nos meios urbanos, aumentaram nas últimas duas décadas, como prova a crescente dimensão do parque habitacional *clandestino*. Existindo divergências quanto ao número de construções não licenciadas, admite-se que entre 1970 e 1981 se construíram em Portugal cerca de 200 000 alojamentos clandestinos<sup>6</sup>. Todavia, esta ordem de grandeza foi apurada tendo apenas como base de informação as estatísticas oficiais publicadas pelo INE, corrigidas com os dados referentes ao consumo de cimento e aço desse período (Ferreira, 1987).

As habitações clandestinas são uma consequência (inevitável?) do aumento da procura de habitação e da insuficiente resposta por parte dos promotores habitacionais (sectores público, privado ou cooperativo) e dos planeadores do espaço urbano.

Em Portugal, esse aumento da procura da habitação resulta do efeito combinado de *a*) uma pressão demográfica provocada pela incapacidade de resposta do sector agrícola nacional às necessidades (de sobrevivência) das populações rurais<sup>7</sup>; *b*) uma atracção exercida pelas oportunidades de emprego criadas nos grandes centros urbanos industriais e comerciais (sobretudo na década de 60) — atracção que não se restringe apenas a uma dimensão económica (Rambaud, 1969) —, e *c*) de uma

---

Assistência, pp. 18 a 38. Sobre as questões metodológicas que se colocam à classificação de *urbano e rural*, ver A. L. Vieira (1979), «Noções operatórias sobre a cidade, população urbana e população rural», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 1, Janeiro-Junho, Lisboa, Sá da Costa, pp. 105 a 128.

<sup>5</sup> Por exemplo, relativamente ao bairro da Musgueira Norte, e considerando a fase inicial do seu crescimento, não se pode afirmar que se tratassem de barracas ilegais ou clandestinas, uma vez que o próprio Município (em 1968) participou na aquisição dos materiais necessários à sua construção e definiu a área de ocupação e de localização de cada barraca, num esforço de «ordenamento territorial» muito *sui generis*.

<sup>6</sup> Estima-se que a construção não licenciada tenha atingido, na década de 70, uma média anual entre 20 000 a 25 000 fogos, ou seja, 30 a 40 % da construção total. Em 1983, mais de 15 000 ha encontravam-se ocupados com bairros integral ou parcialmente ilegais (Ferreira, 1987).

<sup>7</sup> Uma outra vertente do êxodo rural é a emigração: uma das constantes estruturais da sociedade portuguesa. A emigração é um fenómeno com uma expressão numérica maior que a das migrações internas para os grandes centros urbanos, facto que atesta a fraca urbanização do País.

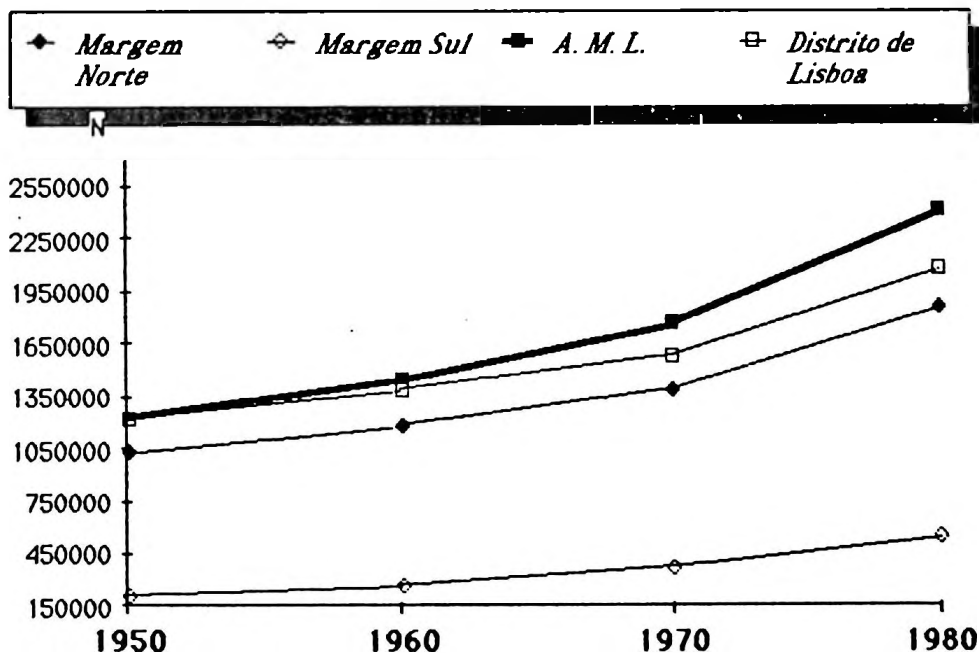
ausência ou falência do planeamento do espaço urbano, a qual constitui um dos bloqueios estruturais da produção habitacional (Ferreira, 1987).

### 1.2. O (des)ordenamento do espaço urbano

A incapacidade de controlo e planeamento por parte da Administração Central e Local explica, em grande parte, a ocupação de áreas verdes reservadas (nos Planos Directores ou de Urbanização); a ocupação de áreas de protecção (como é, por exemplo, o caso da área que envolve o Aeroporto da Portela); a ocupação de terrenos com características pouco ou nada propícias para a construção; e a existência de um padrão espacial concêntrico de localização dos bairros clandestinos (Williams, 1981).

Embora o processo de desenvolvimento dos bairros clandestinos seja na maioria dos casos semelhante, e, *grosso modo*, possamos considerá-los áreas residenciais às quais faltam frequentemente as condições mínimas (infra-estruturas e serviços), a diversidade das características da sua ocupação e da sua qualidade impedem qualquer tentativa de generalização.

Figura 3  
Evolução da população residente na AML, de 1950 a 1980



Fonte: Banha, R. (1986), *Demografia e Actividades no Concelho do Barreiro e na Área Metropolitana de Lisboa*, Câmara Municipal do Barreiro.

O fenómeno da urbanização em Portugal caracteriza-se também pelo surgimento das **áreas metropolitanas** de Lisboa (AML) e do Porto, ou seja, extensas zonas que ultrapassam os limites das administrações locais, numa justaposição de núcleos urbanos envolventes. Estes núcleos assumem-se enquanto locais de residência, deixando (numa primeira fase de crescimento da AML) a maioria das actividades secundárias e terciárias ao concelho de Lisboa com o conseqüente aparecimento de movimentos pendulares, cujo fluxo é, hoje, um dos principais problemas da AML.

De um ponto de vista sociológico, estas manchas urbanas sugerem a existência de fenómenos sociais, cujo estudo se impõe, como sejam, por exemplo, o desenvolvimento de diferentes tipos de sociabilidades, a descontinuidade do tecido urbano do ponto de vista da superfície morfológica e ecológica, as diferentes pendularidades que se estabelecem com o centro decorrentes da configuração das suas redes viárias, ferroviárias ou fluviais, ou mesmo a emergência de uma cultura periurbana com tudo o que implica de mudança de atitudes, comportamentos, representações sociais e espaciais.

## **2. População deficientemente alojada**

Referiu-se anteriormente que os bairros clandestinos apresentam uma diversidade de características (de localização, ocupação, qualidade, entre outras) impeditiva da elaboração de um quadro geral que identifique o fenómeno da habitação clandestina.

No que respeita aos bairros de barracas e de construção provisória da cidade de Lisboa, as suas características são igualmente muito diversas. No levantamento desses bairros, que actualmente a Direcção dos Serviços de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa realiza<sup>8</sup>, houve necessidade de reformular várias vezes os questionários (seja o de agregado doméstico, seja o de alojamento, seja o de unidade económica) e os respectivos códigos para a classificação da informação a recolher, já que a multiplicidade de situações encontradas não permitia o recurso a um único questionário (Soczka *et al.*, 1988).

Outras dificuldades se colocam na abordagem (ainda que só quantitativa) da evolução desses bairros. A exiguidade das fontes estatísticas oficiais dificulta a construção de séries temporais de média ou de longa duração. Por este motivo, a análise retrospectiva que a seguir se apresenta parte do ano de 1950.

---

<sup>8</sup> Trata-se de um levantamento de todos os bairros de barracas e de construção provisória (degradada) abrangidos pelo Plano de Intervenção a Médio Prazo (PIMP), o qual prevê, num horizonte temporal de sete anos, a construção de 9698 fogos para realojamento das populações aí residentes. Este número de fogos corresponde a 61,7 % do total dos alojamentos do tipo barraca e equiparados que o texto do PIMP reconhece que existiam em Lisboa em 1986.



Por outro lado, uma deficiente elaboração conceptual cria obstáculos na construção de categorias com coerência interna, do ponto de vista dos elementos que nelas se incluem. Repare-se que é só no XII Recenseamento Geral da População (1981) que aparece, pela primeira vez na estatística oficial portuguesa, a definição de barraca: *«a construção de acaso destinada a ser habitada, feita geralmente com materiais velhos e usados, sem um plano determinado, e efectivamente habitada no momento censitário (ex. 'bairros de lata' nas periferias citadinas)»* (INE, 1981). Até este censo, as barracas entravam numa categoria agregativa de diversas situações designadas por alojamentos provisórios (caso do censo de 1950); ou eram classificadas como alojamentos sem ser em prédio (caso do censo de 1960); ou se englobavam numa categoria residual designada por outras unidades de alojamento (caso do censo de 1970), a qual contemplava, simultaneamente, *unidades de alojamento improvisadas, unidades de alojamento em prédios não destinados à habitação e outros locais não destinados à habitação* (INE, 1970).

Por último, um terceiro obstáculo consiste na disparidade dos valores apresentados pelos diferentes organismos. O número de barracas existentes na cidade de Lisboa em 1981 varia extraordinariamente segundo as fontes. Assim, segundo um estudo da Misericórdia de Lisboa (SCML, 1981), residiam em barracas 10 000 famílias; de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE, 1981) apenas 8877, e a Polícia Municipal, embora estimando 10 078 barracas (porventura inspirada no valor seguido pela Misericórdia), apenas registava nos seus ficheiros 3888. Mas já em 1970 existia imprecisão quanto ao número de barracas de Lisboa. De acordo com o levantamento efectuado pelo Gabinete Técnico de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa — organismo onde recentemente se havia criado um serviço de realojamento com o objectivo de elaborar e executar um plano para a extinção sistemática das barracas da cidade e orientar a ocupação de todas as habitações municipais existentes ou a construir —, apurou este levantamento um número total de 19 896 barracas *«que se espalhavam praticamente por toda a cidade»* (Freitas, 1973). Todavia, os Serviços Sociais da SCML procederam igualmente a uma contagem, tendo apurado cerca de 22 000.

### 2.1. Análise retrospectiva

Não obstante as dificuldades enunciadas anteriormente, elaborou-se uma análise retrospectiva da evolução do número de barracas com base no número de famílias residentes nesse tipo de alojamento (ver Quadro II).

Considerando o período em análise, verifica-se que todos os distritos do continente têm famílias residentes em barracas. Lisboa, Porto e Setúbal são os distritos que apresentam valores absolutos mais expressivos. Se se excluirmos os valores referentes a 1970, conclui-se que, entre 1950 e 1981, onze dos dezoito distritos registaram uma variação positiva no número de famílias residentes em barracas (ou

Quadro II  
Famílias residentes em barracas, por distritos

	•			••			•••			TAXA DE VARIACÃO *			TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL MÉDIO **	
	1950	1970	1981	1950	1970	1981	1950	1970	1981	1950/70	1970/81	1950/81	1950/70	1970/81
	CONTINENTE	0,54	1,36	0,73	100,00	100,00	100,00	10 450	30 185	21 662	188,9	-28,2	107,3	5,4
Aveiro	0,16	0,51	0,28	1,76	2,22	2,12	184	670	459	264,1	-31,5	149,5	6,7	-3,4
Beja	0,62	0,40	0,05	4,11	0,81	0,15	429	245	33	-42,9	-86,5	-92,3	-	2,8
Braga	0,08	0,64	0,21	0,89	2,78	1,63	93	840	353	803,2	-58,0	279,6	11,6	-7,6
Bragança	0,38	0,34	0,31	1,93	0,55	0,77	202	165	167	18,3	1,2	-17,3	-	0,1
Castelo Branco	0,27	0,32	0,08	2,10	0,83	0,30	220	250	66	13,6	-73,6	-70,0	0,6	-11,4
Coimbra	0,12	0,29	0,10	1,29	1,13	0,65	135	340	140	151,9	-58,8	3,7	4,7	-7,7
Évora	0,54	0,55	0,10	2,85	1,01	0,29	298	305	62	2,3	-79,7	-79,2	0,1	-13,5
Faro	0,04	0,77	0,40	0,33	2,19	2,03	34	660	429	1 841,2	-35,0	1 161,8	16,0	-3,8
Guarda	0,07	0,44	0,08	0,53	0,93	0,26	55	280	56	409,1	-80,0	1,8	8,5	-13,6
Leiria	0,10	0,31	0,16	0,97	1,13	0,94	101	340	203	236,6	-40,3	101,0	6,3	-4,6
Lisboa	1,92	4,20	2,38	55,72	65,10	74,96	5 823	19 655	16 247	237,5	-17,3	179,0	6,3	-1,7
Portalegre	0,35	0,35	0,16	1,74	0,55	0,36	182	165	79	-9,3	-52,1	-56,6	-	0,5
Porto	0,15	0,52	0,28	3,42	5,32	5,25	357	1 605	1 160	349,6	-27,7	224,9	7,8	-2,9
Setúbal	1,87	1,94	0,57	14,62	9,01	5,49	1 528	2 720	1 190	78,0	-56,3	-22,1	2,9	-7,2
Viana do Castelo	0,11	0,48	0,24	0,67	1,01	0,77	70	305	167	335,7	-45,2	138,6	7,6	-5,3
Vila Real	0,19	1,18	0,44	1,29	2,60	1,46	135	785	316	481,5	-59,7	134,1	9,2	-7,9
Viseu	0,03	0,30	0,19	0,38	1,11	1,09	40	335	237	737,5	-29,3	492,5	11,2	-3,1

Nota: Em 1950, os dados disponíveis referem-se a famílias habitando alojamentos provisórios. [Famílias do tipo a).]

Em 1970, os dados disponíveis referem-se a famílias que habitam em OUTRAS unidades de alojamento. [Famílias do tipo b).]

Em 1981, os dados disponíveis referem-se a famílias que habitam em barracas. [Famílias do tipo c).]

- — Percentagem de famílias dos tipos a), b) e c) no total de famílias residentes em cada distrito.
- — Percentagem de famílias dos tipos a), b) e c) de cada distrito, no total de famílias dos tipos a), b) e c) residentes no continente.
- — Número absoluto de famílias.

\* — Taxa de variação:  $T1-T0/T0 \cdot 100$

\*\* — Taxa de crescimento anual médio:  $\text{Log } T1/T0 = n \text{ Log } (1+a) \cdot 100$ .

### *Bairros degradados da cidade de Lisboa*

alojamentos similares), embora a expressão desta variação assuma diferenças muito grandes (e.g. Lisboa regista uma variação de + 1162 %, enquanto no distrito de Coimbra essa variação é de apenas + 3,7 %).

Se se tomar como referência os valores respeitantes a 1970, a variação, relativamente a 1981, tem sinal negativo em 17 dos 18 distritos do continente (correspondendo a ritmos de crescimento anual médio negativo muito acentuados, como nos casos da Guarda e Évora). Nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal diminui o número de residentes em barracas, mas a um ritmo abaixo dos valores necessários para que, em termos de observação directa, seja possível reconhecer melhorias sensíveis. Repare-se que, em 1981, o INE publicou os seguintes resultados:

Quadro III  
Número de barracas existentes e número de indivíduos aí residentes

DISTRITOS	N.º DE BARRACAS	% (a)	POP. RESIDENTE EM BARRACAS	% (b)
Lisboa	16 231	2,24	55 213	2,67
Porto	1 249	0,28	4 316	0,28
Setúbal	2 148	0,84	3 471	0,53

(a) Percentagem em relação ao total dos alojamentos.

(b) Percentagem em relação ao total da população residente no distrito.

Fonte: INE. Cálculos efectuados neste trabalho.

Centrando a análise nos concelhos do distrito de Lisboa (Quadro IV), verifica-se que as famílias residentes em barracas se concentram, maioritariamente, no concelho de Lisboa e concelhos limítrofes (correspondendo à Área Metropolitana). Observando as taxas de variação, entre 1950/1981, verifica-se que os concelhos nos quais diminui o número de famílias residentes em barracas são aqueles que apresentam uma estrutura produtiva mais dependente do sector primário, não constituindo, por este facto, pólos de atracção populacional. Deste modo, é possível associar ao processo de industrialização da AML um outro factor que consiste no aumento do número de famílias deficientemente alojadas.

Este aspecto realça o carácter distorcido do modelo de crescimento da sociedade portuguesa nas últimas três décadas (particularmente das duas últimas), revelando custos sociais ainda não sustidos — repare-se no ténue ritmo de decréscimo de 1970 para 1981 — para, pelo menos, 10 000 famílias (aproximadamente 55 000 indivíduos) residentes em barracas no distrito de Lisboa.

Quadro IV  
Famílias residentes em barracas, no distrito de Lisboa, por concelhos

	•			••			•••			TAXA DE VARIACÃO *			TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL MÉDIO **	
	1950	1970	1981	1950	1970	1981	1950	1970	1981	1950/70	1970/81	1950/81	1950/70	1970/81
	n.existe	n.existe	n.existe	n.existe	n.existe	n.existe	n.existe	n.existe	n.existe					
DIST. DE LISBOA	1,92	4,20	2,38	100,00	100,00	100,00	5 823	19 655	16 247	237,5	-17,3	179,0	6,3	-1,7
Alenquer	0,9	0,87	0,15	1,39	0,46	0,10	81	90	17	11,1	-81,1	-79,0	0,5	-14,1
Arruda dos Vinhos	0,05	-	0,07	0,02	-	0,01	1	-	2	-	-	-	-	-
Azambuja	1,29	0,19	0,42	1,08	0,05	0,17	63	10	27	-84,1	170,0	-57,1	-8,8	9,4
Cadaval	0,41	0,58	0,15	0,31	0,13	0,04	18	25	7	38,9	-72,0	-61,1	1,7	-10,9
Cascais	2,24	1,04	1,16	4,04	1,37	3,14	235	270	510	14,9	88,9	117,0	0,7	6,0
Lisboa	2,12	5,45	3,10	69,32	64,73	54,36	4 042	12 755	8 870	215,6	-30,5	119,4	5,9	-3,2
Loures	4,06	4,18	1,51	9,17	9,84	7,84	534	1 935	1 274	262,4	-34,2	138,6	6,6	-3,7
Lourinhã	0,52	0,09	0,08	0,48	0,02	0,31	28	5	5	-82,1	-	-82,1	8,3	0,0
Maia	0,59	0,95	0,24	0,94	0,51	0,22	55	100	35	81,8	-65,0	-36,4	3,0	-9,1
Oeiras •••	2,45	6,66	4,19	5,72	17,25	12,05	333	3 390	1 958	918,0	-42,2	488,0	12,3	-4,9
Sintra	0,96	1,56	0,52	2,63	2,90	2,25	153	570	366	272,5	-35,8	139,2	6,8	-3,9
Sobral M. Agraço	0,09	0,22	0,11	0,03	0,20	0,02	2	5	3	150,0	-40,0	50,0	4,7	-4,5
Torres Vedras	0,65	0,56	0,24	1,55	0,48	0,30	90	95	49	5,6	-48,4	-45,6	0,3	-5,8
Vila Franca de Xira	2,14	2,49	0,94	3,32	2,06	1,64	188	405	266	115,4	-34,3	41,5	3,9	-3,7
Amadora	n.existe	n.existe	5,46	n.existe	n.existe	17,55	n.existe	2 851	-	-	-	-	-	-

Nota: Em 1950, os dados disponíveis referem-se a famílias habitando alojamentos provisórios. [Famílias do tipo a).]  
Em 1970, os dados disponíveis referem-se a famílias que habitam em OUTRAS unidades de alojamento. [Famílias do tipo b).]  
Em 1981, os dados disponíveis referem-se a famílias que habitam em barracas. [Famílias do tipo c).]

• — Percentagem de famílias dos tipos a), b) e c) no total de famílias residentes em cada concelho.  
•• — Percentagem de famílias dos tipos a), b) e c) de cada concelho, no total de famílias dos tipos a), b) e c) residentes no distrito.  
••• — número absoluto de famílias.

\* — Taxa de variação:  $T1-T0/T0 \cdot 100$

\*\* — Taxa de crescimento anual médio:  $\text{Log } T1/T0 = n \text{ Log } (1 + a) \cdot 100$ .

••• — Os valores respeitantes a 1950 e 1970 incluem a Amadora.

*Bairros degradados da cidade de Lisboa*

2.1.1. *A cidade de Lisboa*

Ao restringir agora a análise à cidade de Lisboa, é possível recorrer a outras fontes de informação (produzida pela CML) que permitem considerar não só as barracas mas também outros tipos de alojamentos com carácter provisório. Como se disse, esses alojamentos constituem a parte maioritária do património habitacional do Município. Na Figura 4 estão considerados três tipos de alojamento: os bairros de barracas e/ou construção clandestina; os bairros camarários de construção

Quadro V

Número de bairros recenseados pela DSH por freguesias do concelho de Lisboa (dados provisórios)

FREGUESIAS	TIPO DE ALOJAMENTO			TOTAL
	A	B	C	
Ajuda	8	2	2	12
Alcântara	7	—	2	9
Alto do Pina	7	3	2	12
Alvalade	1	—	—	1
Ameixoeira	5	1	—	6
Anjos	—	—	—	—
Beato	9	—	3	12
Benfica	6	1	4	11
Campo Grande	7	1	—	8
Campolide	7	1	—	8
Carnide	7	2	—	9
Castelo	—	—	—	—
Charneca	10	—	—	10
Coração de Jesus	—	—	—	—
Encarnação	—	—	—	—
Graça	1	—	—	1
Lapa	—	—	—	—
Lumiar	34	3	1	38
Madalena	—	—	—	—
Mártires	—	—	—	—
Marvila	67	3	15	85
Mercês	—	—	—	—
N.ª S.ª de Fátima	6	—	1	7
Pena	—	—	1	1
Penha de França	5	—	1	6

Legenda: A) Bairros de barracas e/ou construção clandestina; B) Bairros camarários de construção degradada (pré-fabricados ou similares); C) Bairros camarários de construção antiga.

degradada (pré-fabricados e similares), e os bairros camarários de construção antiga (e igualmente degradados). Um elemento perturbador é agora introduzido pela reunião da construção clandestina e das barracas. Objectivamente, não é possível ignorar as diferenças existentes entre uma moradia clandestina do Bairro de Calvanas de Cima e uma barraca do Bairro da Musgueira Norte, ambas classificadas no tipo A da freguesia do Lumiar. Todavia, os dados apresentados têm interesse porque validam o modelo concêntrico da localização das barracas e dos alojamentos provisórios degradados da cidade. Repare-se que existem em Lisboa 236 bairros classificáveis nos tipos definidos anteriormente. Os dados dizem respeito a Junho de 1988.

### **3. Conclusão e levantamento de linhas (possíveis) de investigação sobre áreas degradadas**

A evolução agora traçada permite concluir que o fenómeno da urbanização em Portugal gerou um parque habitacional (sobretudo na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes) de crescimento muito acelerado, que se fez acompanhar de uma explosão de alojamentos clandestinos e de barracas. A resposta por parte das Administrações Central e Local foi insuficiente para resolver o problema habitacional de muitos milhares de famílias oriundas, na sua esmagadora maioria, de meios rurais sem uma dinâmica de desenvolvimento capaz de absorver os recursos endógenos (populacionais) disponíveis. Apesar de entre 1955 e 1966 o Município ter construído 5208 fogos (dados publicados pelo *Boletim* da Câmara Municipal de Lisboa), e entre 1975 e 1986 cerca de 8100 fogos, hoje são necessários construir (também de acordo com a CML), aproximadamente 41 700 fogos.

De um ponto de vista socioecológico, a análise do fenómeno da urbanização poderia concentrar-se, num primeiro momento, em torno do estudo:

- dos cenários sócio-ambientais e valores sociais que influenciam *a*) a decisão da partida do meio de origem do fluxo de famílias atrás referido e *b*) o processo de fixação em alojamentos provisórios ou degradados;
- do modo como os bairros degradados criam oportunidades — ou, pelo contrário — impõem constrangimentos ao(s) modo(s) de vida do *novo* urbanita, sobre as suas relações sociais e sobre si próprio;
- das componentes da satisfação residencial experimentada nos actuais cenários sócio-ambientais, e quais as componentes que (em termos de aspiração) os residentes dos bairros degradados privilegiam, na perspectiva do seu realojamento.



JUNTAS DE FREGUESIA

- 1 SANTA JUSTA
- 2 S. NICOLAU
- 3 MARTIRES
- 4 SACRAMENTO
- 5 ENCARNACAO
- 6 S. PAULO
- 7 SANTA CATARINA
- 8 MERCES
- 9 S. MAMEDE
- 10 CORACAO DE JESUS
- 11 S. JOSE
- 12 PENA
- 13 ANJOS
- 14 SOCORRO
- 15 S. CRISTOVAO o S. LOURENCO
- 16 MADALENA
- 17 SE
- 18 CASTELO
- 19 SANTIAGO
- 20 S. MIGUEL
- 21 SANTO ESTEVAO
- 22 S. VICENTE DE FORA
- 23 GRACA
- 24 SANTA ENGRACIA
- 25 SANTOS O VELHO
- 26 LAPA
- 27 SANTA ISABEL
- 28 SANTO CONDESTAVEL
- 29 PRAZERES
- 30 ALCANTARA
- 31 AJUDA
- 32 S.ta MARIA DE BELEM
- 33 S. FRANCISCO XAVIER
- 34 S. SEBASTIAO DA PEDREIRA
- 35 N. SENHORA DE FATIMA
- 36 CAMPOLIDE
- 37 S. DOMINGOS DE BENFICA
- 38 BENFICA
- 39 CARNIDE
- 40 ALVALADE
- 41 S. JOAO DE BRITO
- 42 CAMPO GRANDE
- 43 LUMIAR
- 44 AMEXOERA
- 45 CHARNECA
- 46 S. JORGE DE ARROIOS
- 47 S. JOAO DE DEUS
- 48 S. JOAO
- 49 PENHA DE FRANCA
- 50 ALTO DO PINA
- 51 BEATO
- 52 MARVILA
- 53 S.ta MARIA DOS OLIVAS

A estes feixes de problemas poderiam ainda ser justapostas outras questões.

Considerando o que atrás ficou dito sobre a dificuldade de identificação de um processo (generalizável) de desenvolvimento de bairros de barracas, haveria que empreender estudos centrados em cada bairro, numa tentativa de validar hipóteses, nomeadamente no que respeita ao carácter comunitário dessas unidades de vizinhança. Embora se saiba que esses bairros constituem como que áreas de transição para famílias não integradas no centro urbano, fomentando expectativas — muitas vezes goradas — de promoção social, esse facto não determina por si só (numa relação de causa-efeito) a existência de redes de relações sociais informais de suporte nesses bairros.

Sob um ponto de vista demográfico, seria importante analisar quais os estádios de crescimento desses bairros, avaliando os fluxos de emigração e imigração (no interior de cada um deles) e o sentido das transformações das suas estruturas populacionais.

Finalmente, também a caracterização socioeconómica da população residente em áreas degradadas (na qual se incluíam os perfis profissional e educacional) constituiria informação relevante para entender as relações entre as áreas degradadas e o centro urbano no qual se inserem.

O projecto de investigação do Grupo de Ecologia Social contempla alguns dos aspectos agora inventariados. A quarta parte deste artigo apresenta uma síntese dos resultados até agora obtidos na análise empreendida a um dos bairros degradados da cidade: a Musgueira Sul.

#### **4. Estudo de um bairro degradado da cidade de Lisboa: a Musgueira Sul**

Em 1985 o LNEC iniciou o estudo socioecológico das Musgueiras Norte e Sul (cf. Soczka, Boavida, Machado e Pereira, 1985), procedendo a uma análise pormenorizada das condições familiares, económicas, habitacionais e educacionais existentes nesses dois aglomerados, a partir da informação recolhida pelo INE, em 1981, e contida nos XII Recenseamento Geral da População e II Recenseamento Geral da Habitação.

Em 1986 o trabalho do Grupo incidiu no estudo das redes sociais informais de suporte, das dinâmicas familiares, das redes de amizades, dos espaços e tempos de acção e dos seus impactes na organização da vida social das populações presentes. Este estudo foi feito através da aplicação de um inquérito aprofundado, em forma de entrevista semi-estruturada, a uma amostra da população da Musgueira Sul, composta por 111 indivíduos com idade superior a 10 anos, representando 42 agregados domésticos: dois de cada rua do bairro.



Em 1987, o Grupo do LNEC juntamente com a Direcção dos Serviços de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa, procedeu ao recenseamento da totalidade da população residente na Musgueira Sul com vista à actualização da informação relativa a 1981 e à análise das transformações sociodemográficas e das condições de alojamento dessa população.

É com base na análise feita aos dados de 1981 e 1987 que se propõe apresentar agora uma caracterização sumária do percurso, mobilidade residencial e modalidades de fixação da população no bairro, da sua estrutura demográfica e socioprofissional, da situação escolar e das condições de alojamento na Musgueira Sul.

Os dados relativos às atitudes, aspirações face à casa, vizinhos e local de residência, às redes de relações sociais informais de suporte, às amizades e aos espaços e tempos de acção, resultam da análise feita ao inquérito aplicado, em 1986, à amostra atrás referida.

#### **4.1. Percurso, mobilidade residencial e modalidades de fixação da população**

O bairro da Musgueira Sul caracteriza-se por uma ocupação não espontânea. De facto, a sua existência deve-se a uma acção desenvolvida pelo Município no sentido de realojar famílias vivendo em áreas degradadas da cidade de Lisboa que foram alvo de transformações (e.g. construção da Ponte sobre o Tejo, abertura de novos acessos à cidade) ou foram cenário de acontecimentos fortuitos, como, por exemplo, inundações, incêndios ou aluimentos de terras.

Uma vez que esta mudança de local de residência foi feita em grupo, e que as condições de instalação, além de continuarem a ser precárias, assumiam um carácter transitório, pode-se pensar que esta não tenha acarretado consigo alterações profundas no que respeita a hábitos, atitudes, aspirações, comportamentos e modos de vida da população. No entanto, o bairro criou a sua própria dinâmica: 47,5 % da população presente na Musgueira Sul em 1987 veio para o bairro entre 1962 e 1970, sendo no entanto os anos de maior fixação no bairro os correspondentes ao triénio 68-70 (45,9 %). A população investiu energias na organização da vida colectiva do bairro (e.g. criação da Associação e das Equipas de Moradores) e na alteração das suas condições, nomeadamente habitacionais e profissionais face a propostas sucessivamente adiadas de realojamento.

A Musgueira Sul, enquanto bairro de realojamento, deixa de ser um bairro de transição num processo de mobilidade residencial em que esta população parece estar envolvida, por constrangimentos mais ou menos externos à sua livre iniciativa, para se tornar num bairro com identidade própria, apresentando-se às gerações mais jovens como único referencial vivido (a percentagem de indivíduos que sempre residiram na Musgueira era, já em 1987, de 28,2 % do total da população recenseada). A Musgueira Sul, caracterizada por um território delimitado em que as pessoas que nele vivem parecem partilhar valores, interesses e normas de conduta comuns,

ligadas em teias estáveis de interacção social e ajuda mútua — e tendo os seus próprios grupos com objectivos de actuação que se limitam ao bairro e que pretendem atingir as suas necessidades básicas —, constitui uma unidade de vizinhança e, nesse sentido, pode ser definida como uma *comunidade* (Hallman, 1984). Os dados relativos à espacialização das actividades permitem identificar igualmente a Musgueira enquanto uma *unidade de vizinhança funcional* (Hallman, 1984), dados o carácter autocentrado das actividades desenvolvidas.

#### **4.2. Estrutura demográfica da população**

Os dados do recenseamento efectuado em 1987 à totalidade dos indivíduos residentes no bairro da Musgueira Sul salientam uma taxa de variação da população residente de 9,8 %, traduzindo uma taxa de crescimento anual médio de 1,57 % relativamente à população recenseada em 1981. A densidade populacional aumentou de 504,4 indivíduos por hectare, em 1981, para 553,8, em 1987.

Em 1987 existiam 3821 indivíduos a residir no bairro, dos quais 10,5 % se encontravam ausentes temporariamente.

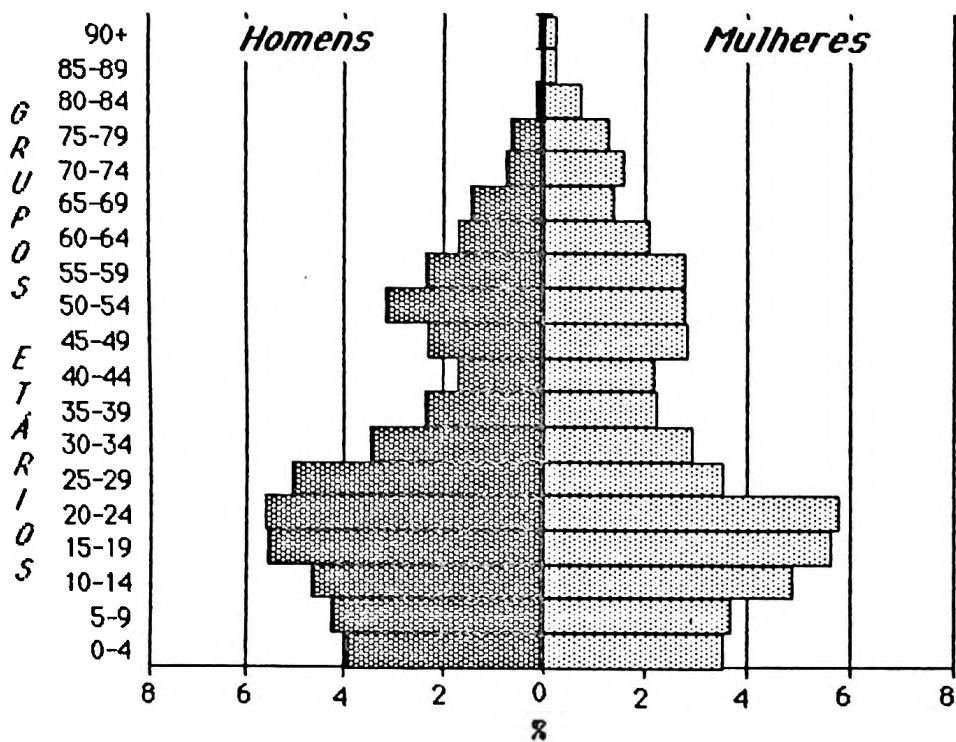
Independentemente de o bairro traduzir um saldo positivo em termos de crescimento, há a salientar que, tendo como referência as inscrições da população nos processos-fogo aquando da atribuição dos alojamentos, 1298 indivíduos tinham abandonado o bairro definitivamente, sobretudo por motivos de casamento (40,7 % das ausências definitivas recenseadas).

Se se compararem as estruturas da população em 1981 e 1987, através das respectivas pirâmides de idade, verifica-se um relativo envelhecimento, quer na base, quer no topo da pirâmide. No entanto, a estrutura da população da Musgueira Sul em 1987 continua a caracterizar-se por uma estrutura jovem, sobretudo se comparada com a do concelho de Lisboa (ver Figura 5 e Anexo 1).

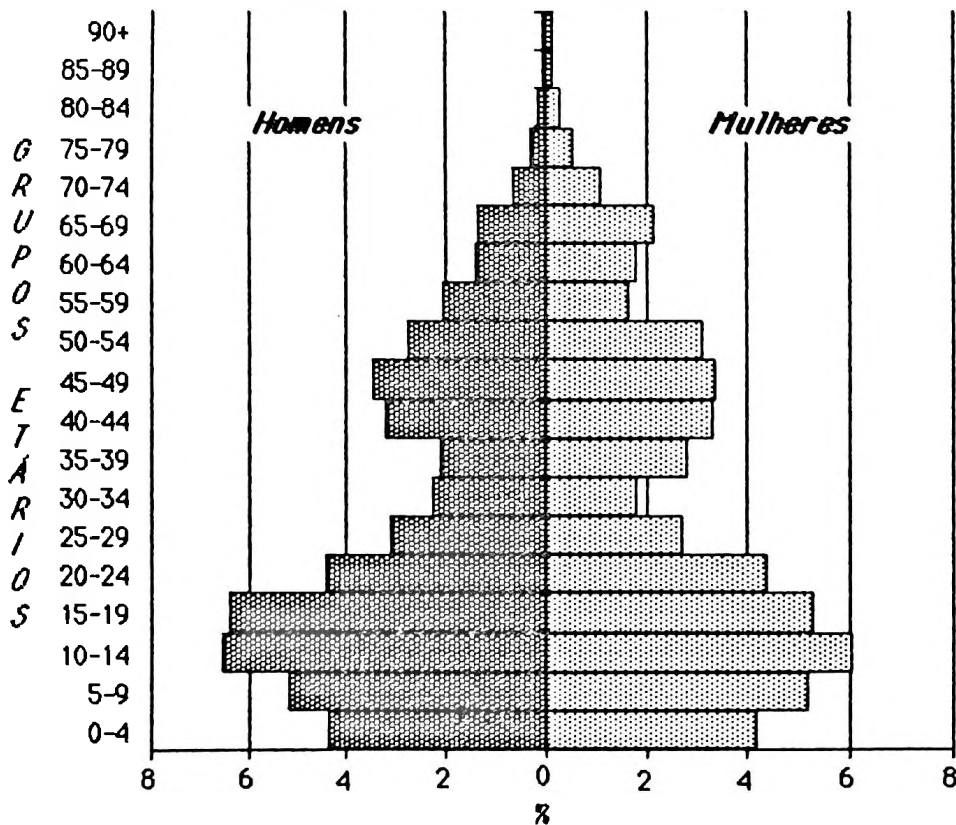
Esta observação pode ser reforçada com a análise de alguns indicadores demográficos para 1987 respeitantes às duas hipóteses de constituição de grupos funcionais. Relativamente a 1981, o peso dos idosos aumentou e o dos jovens diminuiu. O peso dos activos também se apresenta maior em 1987 (ver Quadro VI).

Figura 5

Pirâmide de idades da Musgueira Sul (1987)



Pirâmide de idades da Musgueira Sul (1981)



Quadro VI  
Grupos funcionais 1981/87

DESIGNAÇÃO	1981		1987	
	Hip. 1	Hip. 2	Hip. 1	Hip. 2
Jovens/População total	43,2	31,5	36,3	25,1
Idosos/População total	10,2	7,0	12,5	8,7
Activos/População total	46,6	61,5	51,3	66,2
Razão de dependência total	53,4	38,5	48,7	33,8
Índice de vitalidade	23,6	22,2	34,4	34,7
Jovens/Activos	92,5	51,2	70,8	37,8
Idosos/Activos	21,9	11,3	24,3	13,1

Legenda: Hip. 1 — Jovens: 0-19 anos  
Activos: 20-59 anos  
Idosos: 60 + anos

Hip. 2 — Jovens: 0-14 anos  
Activos: 15-64 anos  
Idosos: 65 + anos

#### 4.3. Caracterização socioprofissional da população

As variáveis seleccionadas para a caracterização socioprofissional da população da Musgueira Sul foram: a condição perante o trabalho, a categoria socioprofissional, o horário de trabalho e o principal meio de vida.

Relativamente à condição perante o trabalho (ver Quadro VII e Figura 6), e se se adoptar o conceito de população potencialmente activa (Soczka *et al.*, 1985)<sup>9</sup>, constata-se que esta constitui 52,2 % da população, sendo a população realmente activa — indivíduos que exercem uma profissão — 45 % dos indivíduos presentes.

---

<sup>9</sup> Contempla os indivíduos que exercem uma profissão, que são membros das Forças Armadas (ou que estão a cumprir o serviço militar obrigatório) e os que se encontram desempregados.

Quadro VII  
Condição perante o trabalho (1987)

	TOTAL		MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%	N	%
Profissão	1 364	45,1	818	55	545	35,3
Doméstica	359	11,8	1	0	358	23,2
Estudante	583	19,2	285	19,2	297	19,2
Reformado	399	13,2	194	13,1	205	13,3
Serviço militar	18	0,6	18	1,2	0	0
Invalidez	70	2,3	35	2,4	35	2,3
Desempregado (1.º emp.)	80	2,6	32	2,2	48	3,1
Desempregado (2.º emp.)	130	4,3	87	5,9	43	2,8
Outros	27	0,9	15	1	12	0,8
TOTAL	3 030	100	1 485	100	1 543	100

Esta diferença entre população potencial e realmente activa regista-se igualmente em ambos os sexos quando desagregados (homens: PPA = 64,4 %; PRA = 55,1 %; mulheres: PPA = 41,2 %; PRA = 35,3 %).

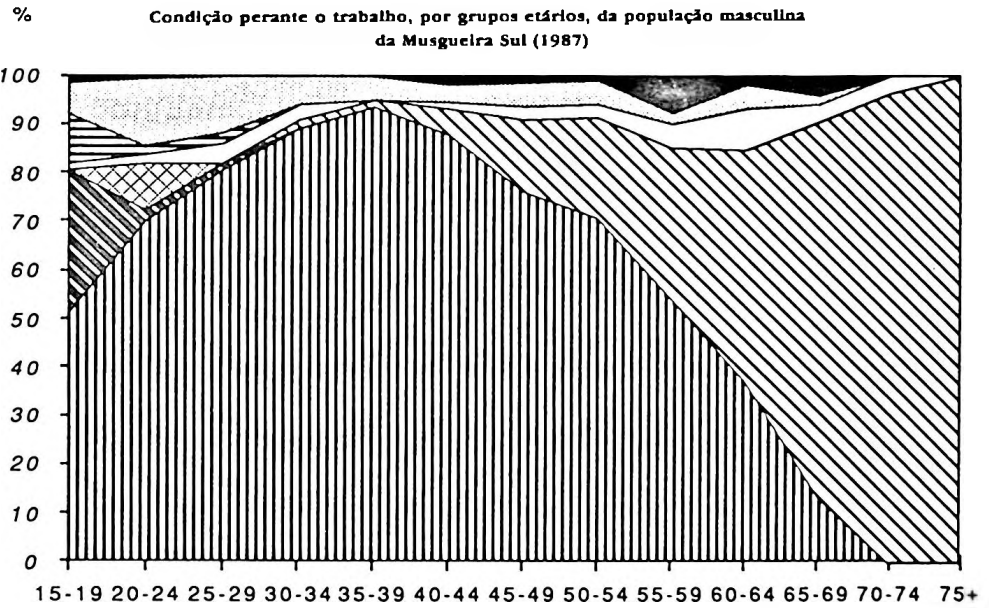
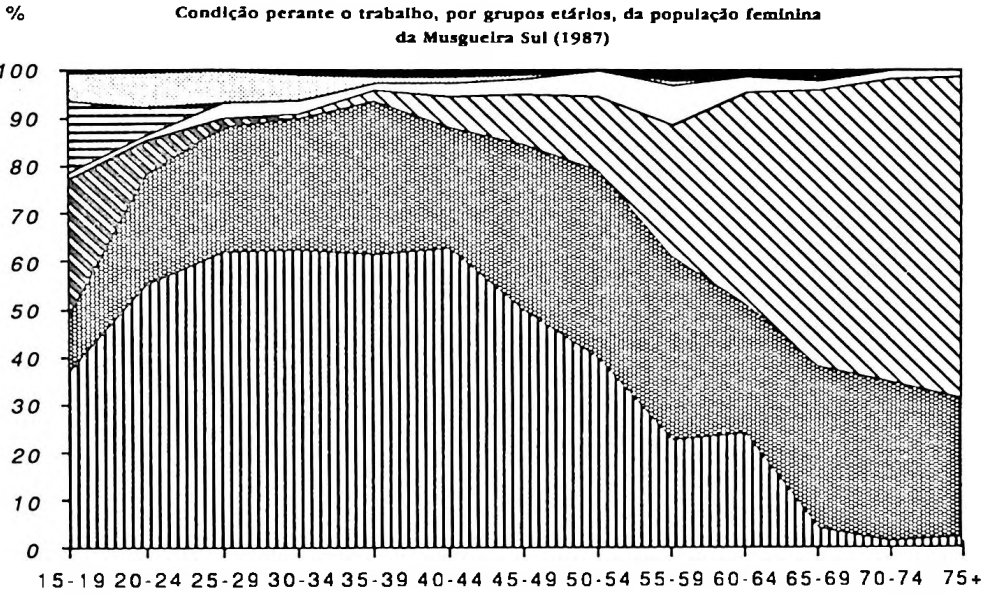
Ao analisar-se o contributo dos diferentes grupos etários para o total da população que exerce uma profissão, verifica-se que estamos face a uma população bastante jovem — 58,5 % da população que exerce uma profissão tem menos de 35 anos.

Independentemente da taxa de actividade real ser mais baixa para as mulheres do que para os homens, a tendência da sua distribuição pelos diferentes grupos etários, relativamente a 1981, parece manter-se (ver Figura 7), havendo a registar, no entanto, um aumento relativo à participação na vida activa por parte da população feminina presente na Musgueira Sul em 1987, com maior incidência entre os 35 e os 50 anos de idade.

A análise das profissões exercidas em 1987 pela população da Musgueira Sul revela, à semelhança da informação recolhida em 1981, um predomínio das profissões associadas ao sector secundário, para o sexo masculino, e do sector terciário (não qualificado) relativamente ao sexo feminino. Assim, 26,3 % dos homens que exercem uma profissão são pedreiros, carpinteiros e trabalhadores similares da construção civil, e 7,7 % são serralheiros civis, montadores de estruturas metálicas, canalizadores, caldeireiros e trabalhadores similares. Em relação ao sexo feminino, 53,4 % das que exercem uma profissão são empregadas domésticas ou de limpeza e trabalhadoras similares, e 11,6 % são cozinheiras, empregadas de mesa e trabalhadoras similares.

Figura 6

Condição perante o trabalho por sexos e grupos etários

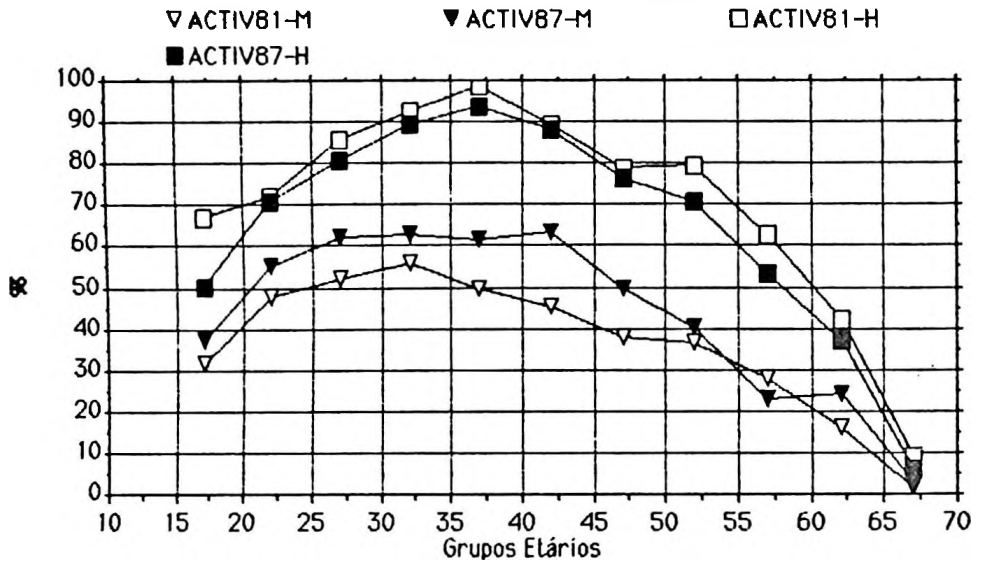


LEGENDA

■ Outras situações	▨ Domésticas	▧ Desempregados (à procura do 1º emprego)	□ Permanentemente incapacitados para o trabalho
▤ Reformados/Aposentados/Vivendo da Assistência	▩ Estudantes	▦ Desempregados (à procura de novo emprego)	▨ Exercendo uma profissão remunerada
▧ Serviço Militar Obrigatório			

Figura 7

População realmente activa por sexos (1981/1987)



Estas categorias profissionais predominantes neste bairro indiciam, de certo modo, os horários de trabalho praticados pela população realmente activa: 95 % dos indivíduos de sexo masculino têm uma carga horária superior a 35 horas semanais, enquanto 36,4 % dos indivíduos do sexo feminino têm uma carga horária superior a 35 horas semanais. Esta diferença de carga horária entre os dois sexos reveste-se de toda a importância para uma análise dos tempos de acção da mulher, da sua maior permanência no bairro, e sobretudo, para uma análise das interações que estas vão desenvolver, quer ao nível das redes de relações sociais informais, quer ao nível da socialização das crianças.

Relativamente ao principal meio de vida da população presente no bairro em 1987 (e tendo sido questionadas quais as principais fontes de rendimento de cada indivíduo presente no agregado doméstico), constatou-se que 93,1 % declarou possuir um único meio de subsistência.

«Estar a cargo da família» é a categoria que regista, para o total da população presente, a maior frequência (43 %), logo seguida do exercício de uma profissão (38,9 %) e usufruto de uma pensão (12,4 %). É, no entanto, de notar que os homens indicam privilegiadamente o exercício de uma profissão como fonte principal de rendimento (47,6 %) enquanto 50,3 % das mulheres se encontram a «cargo da família».

#### 4.4. A situação escolar na Musgueira Sul

No relatório descritivo das condições sociais da Musgueira em 1981, sublinhou-se a gravidade da situação no tocante quer às elevadas taxas de analfabetismo, quer ao comportamento da população em idade escolar (7-14 anos).

Se compararmos a situação registada em 1981 com a que observámos em 1987, constata-se uma ligeira melhoria no que respeita à taxa de analfabetismo: em 1981 na Musgueira Sul 19,9 % dos homens e 31,2 % das mulheres eram analfabetos; em 1987, 14,3 % dos homens e 24,8 % das mulheres são analfabetos. Se bem que estes números continuem a ser bastante elevados quando comparados com as taxas do concelho de Lisboa (4,6 % dos homens e 13,2 % das mulheres, em 1981), o facto é que em ambos os sexos se verifica um decréscimo de aproximadamente 6 % na taxa de analfabetismo.

De notar, todavia, que estes ganhos não são homogéneos na população da Musgueira Sul. Em relação ao sexo masculino, no grupo etário dos 10 aos 19 anos, o analfabetismo é praticamente erradicado entre 1981 e 1987, tendo passado de 7,8 % para 0,6 %; no grupo etário adulto (20-59 anos) verifica-se um decréscimo de 7,3 % (de 19,7 % em 1981 para 12,4 % em 1987). No grupo etário dos idosos (60 e mais anos) não se registaram praticamente alterações na taxa de analfabetismo (— 1,7 %: de 58,6 % em 1981 para 56,9 % em 1987).

Quadro VIII  
Taxas de analfabetismo, 1981 e 1987

GRUPOS ETÁRIOS	HOMENS			MULHERES		
	Analfabetos		Δ	Analfabetos		Δ
	1981	1987		1981	1987	
10-19	7,80 %	0,60 %	— 7,20 %	6,30 %	0,80 %	— 5,50 %
20-59	19,70 %	12,40 %	— 7,30 %	33,00 %	21,30 %	— 11,70 %
60 +	58,60 %	56,90 %	— 1,70 %	79,80 %	78,40 %	— 1,40 %

Como se verifica, a situação é praticamente semelhante no que respeita ao sexo feminino: no grupo etário dos 10 aos 19 anos o analfabetismo é praticamente erradicado; na população adulta dos 20 aos 59 anos verifica-se um decréscimo de 11,7 %, e também não se verificam praticamente alterações na gigantesca proporção de analfabetos (78,4 % em 1987) para os grupos etários mais idosos (60 e mais anos).

De notar que por **analfabetos** se entende aqui os indivíduos que não chegam sequer a frequentar o ensino primário. Tal não significa que a situação real no que toca a uma escolaridade eficaz seja testemunhada por aqueles valores.



A análise do comportamento da população em idade escolar, na Musgueira Sul, revela um panorama deveras grave no que respeita aos aproveitamentos escolares no ensino primário.

Uma análise de coortes escolares das crianças nascidas entre 1970 e 1974 permitiu-nos apurar os seguintes valores para o período considerado: *apenas 34 a 36 % dos rapazes e 27 a 37 % das raparigas obtêm aproveitamento no ensino primário nos quatro anos de escolaridade primária sem nunca terem reprovado*; entre 51 e 55 % dos alunos do sexo masculino e 45 a 61 % das alunas reprovam duas ou mais vezes no ensino primário; entre 24 e 32 % dos rapazes abandonaram a escola na primeira fase (19 a 27 % nas raparigas); na segunda fase do ensino primário, registam-se entre 10 e 14 % de abandonos definitivos na população masculina e 6 a 23 % na população feminina.

O abandono escolar nestes bairros aparece frequentemente ligado à expressão «*a escola não dá emprego a ninguém*» ou a outras expressões reveladoras de atitudes antiescola. No inquérito realizado a uma amostra desta população em 1986, 32,9 % dos indivíduos entrevistados que tinham abandonado a escola fizeram-no por terem de arranjar um emprego para ajudar a manter a subsistência da família, e 21,1 % fizeram-no por desmotivação face às actividades escolares.

Se se considerar que um abandono da escola na 1.ª fase da instrução primária corresponde na prática a um **analfabetismo funcional**, facilmente se constata que aos valores acima descritos para o analfabetismo absoluto se devem acrescer os dos abandonos da escola no 1.º e 2.º ano da 1.ª fase do ensino primário — o que nos remete para taxas de **analfabetismo real** da ordem dos 25 a 33 % nos rapazes em idade escolar e 20 a 28 % nas raparigas. No período considerado, só 56 % a 62 % dos rapazes terminaram com sucesso a instrução primária (55 a 67 % nas raparigas), o que revela uma muito baixa taxa de aproveitamento escolar para o conjunto do ensino primário.

Relativamente ao grupo etário entre os 10 e 14 anos, 45 % dos rapazes ainda frequentam o ensino primário (39,4 % nas raparigas); 34,4 % dos rapazes entre os 10 e 14 anos frequentam o ciclo preparatório (35,1 % nas raparigas); e 13 % dos rapazes frequentam o ensino secundário unificado (14,5 % nas raparigas).

Concentrando a atenção no grupo etário 15-19 anos, constata-se que em 1987 *apenas 12,1 % dos rapazes e 14,6 % das raparigas têm como habilitações o ensino preparatório completo*. Quanto ao escalão educacional seguinte (curso secundário unificado), verifica-se que neste grupo etário só 15,3 % dos rapazes e 16,7 % das raparigas o completaram.

#### 4.5. Condições do alojamento

Como foi referido anteriormente, o parque habitacional da Musgueira Sul é de propriedade camarária, tendo os alojamentos sido atribuídos à população sob o regime de cedência, à excepção de uma rua cujos alojamentos são de autoconstrução.

Os alojamentos foram atribuídos com o espaço interior completamente amplo, e equipados somente com retrete e esgoto. Hoje em dia encontram-se, quanto aos seus elementos constitutivos e às infra-estruturas existentes, profundamente alterados, não só no interior mas, na maioria dos casos, também exteriormente. Em 1981, 52,1 % dos alojamentos possuíam já electricidade, água, retrete e banho, e 28,1 %, electricidade, água e retrete. Em 1987, só 1 % dos alojamentos não possuem qualquer tipo de divisória no seu interior, e 32,6 % possuem mais do que um piso útil<sup>10</sup>. Relativamente ao melhoramento e introdução de infra-estruturas no alojamento constata-se que 90 % têm electricidade, 86,8 % têm água pública, 67,8 % têm banho, 99 % têm cozinha e 62,9 % têm sótão para arrecadação.

Da análise feita às aspirações expressas pelos inquilinos relativamente ao tipo de alojamento e respectiva ocupação, verificou-se que 79,1 % afirmaram preferir a habitação em casas individuais em vez de um andar em prédio.

Verifica-se que 40,7 % dos indivíduos dessa amostra apontaram como modalidade preferida de acesso a uma casa a autoconstrução, logo seguida pela compra (39,8 %) e só 19,4 % prefeririam o regime de aluguer. Destes dados transparece uma valorização da independência no que respeita ao alojamento, o que se traduz, por um lado, numa individualização em relação a terceiros na posse e ocupação da propriedade e, por outro, na participação do ocupante no processo produtivo do seu alojamento.

A maioria (81,1 %) referiu como concepção desejada do seu espaço habitacional, além dos quartos, uma sala não específica. Só 18 % se referiram concretamente a uma sala de jantar; 6,3 %, 3,6 % e 2,7 %, respectivamente, a uma sala de estar, a uma sala de visitas ou a outro tipo de divisões. Em termos de modelo de habitação, e tomando como base o tipo de divisões desejadas, observa-se uma ausência de elementos de aproximação do espaço normalmente associado a uma cultura urbana: sala de visitas ou sala de estar. A existência de sala de estar e de sala de jantar especificamente só foi referida em 1987 relativamente a 12,3 % e 17,5 % dos alojamentos. Parece existir uma apropriação multifuncional do espaço, independentemente de se registar uma necessidade de dividir interiormente o alojamento. Esta radica-se mais na manutenção da privacidade dos quartos de dormir do que numa apropriação unifuncional dos espaços de habitar. A existência de

---

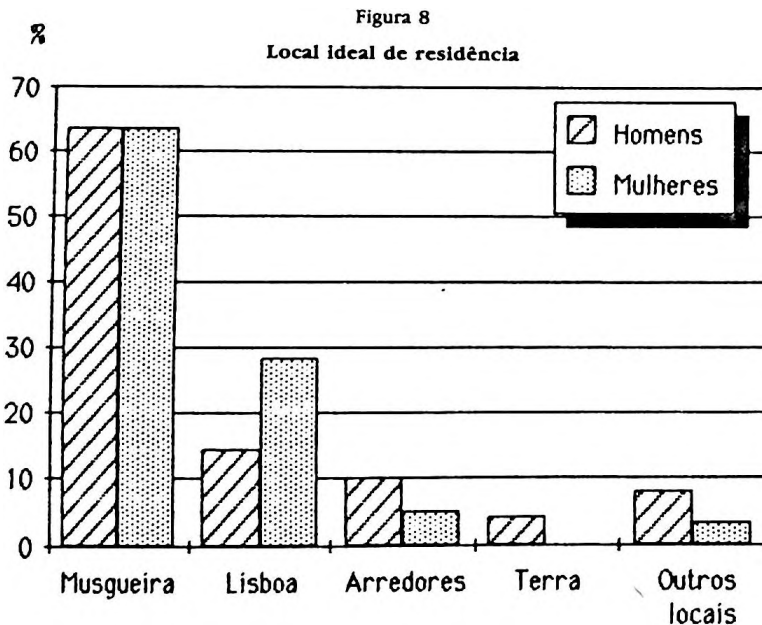
<sup>10</sup> Entende-se por *piso útil* a superfície do alojamento onde se desenvolve a vida familiar do agregado doméstico residente. As superfícies ou pavimentos que têm como única função a arrecadação não são considerados como pisos úteis.

quartos de dormir somente com esta função foi referida por 97,5 % dos alojamentos. No entanto, a multifuncionalidade de espaço está presente nos outros tipos de divisões — 18,5 % dos alojamentos possuem cozinha/sala, 14,4 % possuem salas que servem igualmente de quartos (possuindo geralmente um divã onde se deitam as crianças ou a avó, à noite), e 21,4 % dos sótãos existentes servem igualmente de quartos de dormir.

Esta forma de apropriação do espaço de habitar assume importância quando articulado com a *dinâmica familiar* (ocupação de tempos livres em conjunto com a família, sectorização do alojamento e sua organização em relação às funções que lhe estão destinadas, apropriação do espaço pelos diferentes membros do agregado) e com as *teias sociais desenvolvidas com a comunidade*, traduzidas na relação entre os espaços habitacionais e o espaço residencial em que os primeiros estão inseridos. Solidifica-se a ideia de que para esta população a *sala de estar por excelência é a rua*, onde se desenvolvem sociabilidades de soleira de porta. A noção de privado para esta população, em que o sentido e vivência da comunidade se apresenta como um todo e em que as redes de controlo social assumem um papel de charneira na rotação de informação entre os seus membros, pode, assim, ser relativizada.

#### 4.6. Atitudes e aspirações face aos vizinhos e local de residência

Cerca de 63 % dos entrevistados referiram a Musgueira Sul e 22 % outras zonas de Lisboa como local onde desejariam residir (ver Figura 8).



*Bairros degradados da cidade de Lisboa*

As justificações apresentadas para a sua preferência pela Musgueira Sul (ver Quadro IX) apontam sobretudo para questões de *habitação* (27,9 %), para aspectos *funcionais* (26,1 %) e para *outros aspectos* (21,6 %) onde predominam opiniões positivas em relação ao bairro ou ao seu ambiente (por exemplo expressões como: «gosto de morar aqui»; «se eles puseram isto mais ou menos a gente agora tem direito a usufruir»; «só me ia trazer complicações sair daqui agora»; «afinal de contas não é tão mau como isso»). A *habitação* pode remeter para o sentimento de segurança que o bairro, enquanto comunidade assente basicamente em redes de vizinhança que asseguram um manifesto controlo social dos espaços secundários, é capaz de proporcionar a esta população.

Quadro IX

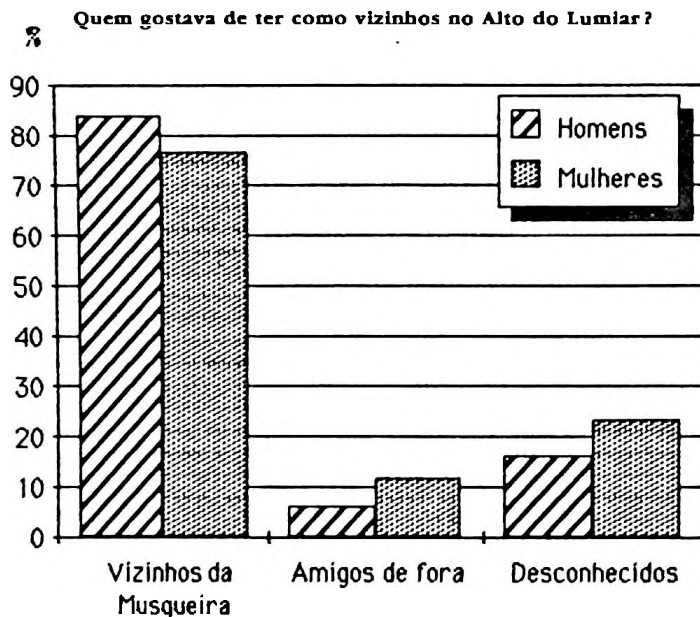
	RAZÕES JUSTIFICATIVAS DAS ATITUDES FACE AO BAIRRO %	RAZÕES DE PREFERÊNCIA PELOS LOCAIS ONDE DESEJARIAM MORAR %
Aspectos ligados à natureza	20,7	12,6
Aspectos funcionais	39,6	26,1
Aspectos ligados à família	0,9	8,1
Aspectos ligados à amizade	7,2	6,3
Aspectos ligados à habitação	27,0	27,9
Aspectos lúdicos	3,6	5,4
Outros aspectos	11,7	21,6

Regista-se ainda que 78 % dos entrevistados gostam de viver na Musgueira Sul. Os aspectos mais valorizados (ver Quadro IX) são: os *funcionais* («fica perto do emprego»; «bem situado, bons acessos e transportes»; «perto de tudo: farmácia, talho, transportes...»); os ligados à *habitação* («gosto mesmo, não tenho dúvidas, sinto-me aqui bem...»; «habituei-me a isto»; «foi praticamente aqui que nasci»; «sempre vivi aqui»; «para o lugar onde vou ganho-lhe afeição») e os que estão ligados à *natureza* («porque tem a mata. Este talvez seja um dos pontos principais do Bairro»; «é saudável, parece que estou na terra, os ares são bons»).

Grande parte dos entrevistados (80,2 %) apontaram vizinhos da Musgueira Sul como aqueles que gostariam de ter em caso de mudança de residência (ver Figura 9).

Existe uma diferença significativa entre os aspectos valorizados na Musgueira Sul consoante as razões que levaram a população a instalar-se aí ( $X^2 = 11,9$ ; gl = 5;  $p < ,05$ ). Os entrevistados que escolheram voluntariamente a Musgueira Sul, privilegiam sobretudo os aspectos funcionais (63,2 %) e os ligados à natureza (21,1 %), enquanto os que percebem a sua vinda para o bairro como uma imposição privilegiam igualmente os aspectos funcionais (31,6 %), mas centram

Figura 9



também a sua atenção nos aspectos ligados a questões de habitação (33,3%), à natureza (17,5%) e a outros aspectos não específicos (14%).

#### 4.7. Redes de relações sociais informais de suporte

Quando colocados face a um problema de saúde (e.g. uma incapacidade temporária), afectivo (e.g. morte de um parente) ou económico (e.g. necessidade de pagamento de uma conta inesperada), os indivíduos afirmaram que recorreriam em primeiro lugar, e para qualquer das três eventualidades, sobretudo a familiares, seguindo-se os vizinhos (ver Quadro X). Porém, quando colocados face a uma segunda hipótese de recurso, as pessoas que recorreriam a vizinhos têm percentualmente um peso superior às que recorreriam a familiares. Estes resultados são expressivos se se recordar que estas questões possibilitavam a escolha de um familiar na primeira e na segunda hipótese.

Essa relação traduz, neste caso, a existência de redes sociais informais de suporte afectivo, económico e físico assentes em grupos vivendo em grande proximidade espacial.

Quadro X

Redes de relações sociais informais de suporte

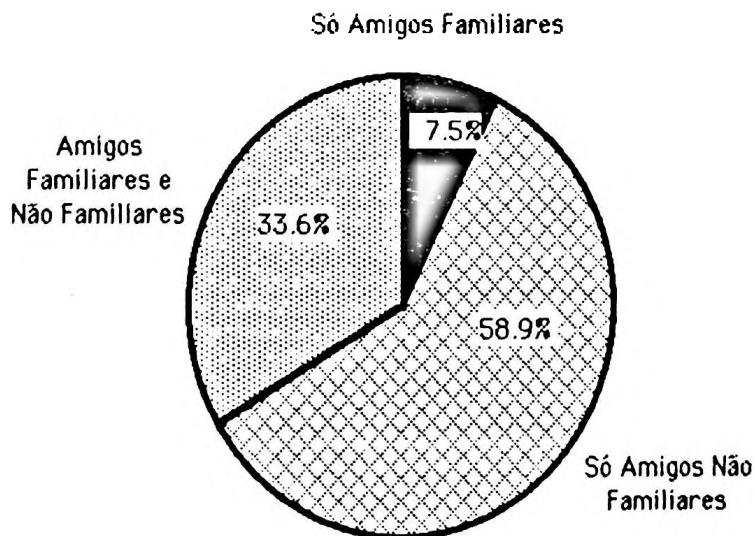
	Saúde 1	Saúde 2	Afectivo 1	Afectivo 2	Económico 1	Económico 2
Ninguém	2,8	5,0	5,0	9,2	8,3	12,8
Familiares	58,7	39,0	56,0	36,8	55,6	33,0
Vizinhos da rua	15,6	21,0	13,0	19,8	12,1	15,9
Outros vizinhos do bairro	4,6	4,0	9,0	3,9	5,6	4,3
Qualquer vizinho	13,8	23,0	9,0	15,8	8,3	19,1
Colegas de trabalho	1,8	4,0	4,0	5,3	4,6	6,4
Amigos fora do bairro	1,8	4,0	5,0	9,2	5,6	7,4
Outras pessoas	0,9	•	•	•	•	1,1

4.8. Amizades

Sendo possível igualmente definir a família enquanto fonte das relações de amizade, ela não é contudo o seu contexto privilegiado para recrutamento de amigos.

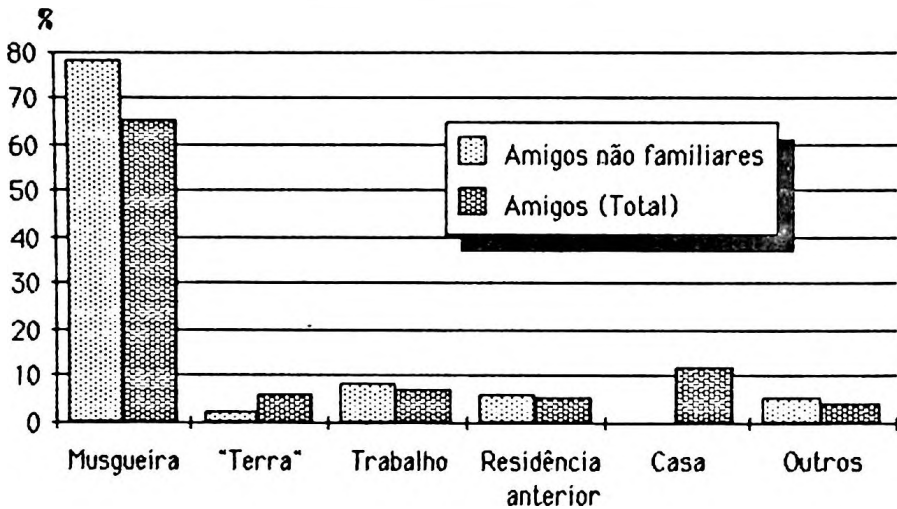
Figura 10

Constelações de amigos segundo a existência de um laço de parentesco



Observa-se que não só a vizinhança é a principal fonte das amizades, como o local de residência é um dos pontos privilegiados de recrutamento dessas mesmas amizades (ver Figura 11).

Figura 11  
Onde se conheceram os amigos



Os amigos mencionados residem maioritariamente no bairro, assumindo relevo os amigos que residem na casa ao lado, em frente, na mesma rua ou nas ruas contíguas (ver Figura 12).

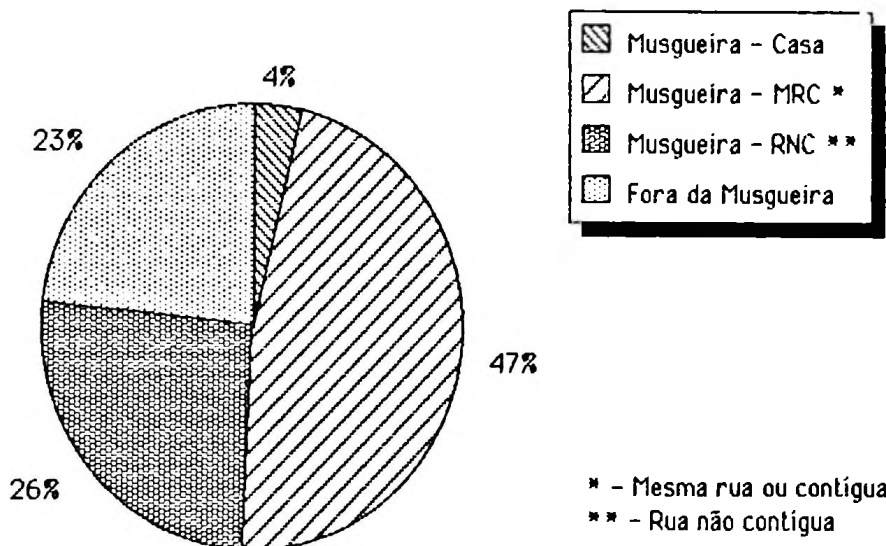
A proximidade física é importante no desenvolvimento de relações de amizade, tendo como palco preferencial a rua, que se revela deste modo como um espaço secundário comunitariamente controlado, essencial ao equilíbrio social na Musgueira Sul. A rua não é apenas um sítio de passagem mas um lugar de encontro privilegiado de interacções sociais nas redes de vizinhança e afiliação.

A hipótese subjacente ao estudo das redes sociais informais dos residentes da Musgueira Sul, que apontava para a existência de redes interpessoais, de vizinhança e de ligações afectivas intensas aos vizinhos, parece, assim, confirmar-se.

Se o grupo doméstico se insere — como se viu anteriormente — numa rede de relações sociais informais comunitárias, a dinâmica familiar sofrerá, também, a influência de forças externas, não sendo exclusivamente endodeterminados os seus comportamentos e atitudes.

Figura 12

Local de residência dos amigos



#### 4.9. Espaços e tempos de acção

Relativamente aos espaços e tempos de acção privilegiados por esta população, sublinhe-se a importância que é atribuída pelos entrevistados ao interior do próprio bairro (ver Quadro XI).

A *casa* foi o espaço mais frequentemente referido pela população entrevistada como suporte à ocupação dos seus tempos, logo seguida pela *rua* e pela *mata* (Quinta das Conchas). A expressão que assumem as actividades exercidas fora do bairro ao fim do dia é sempre bastante reduzida para ambos os sexos. Estas deslocações para fora do bairro passam a ser referenciadas mais frequentemente aos fins-de-semana.

Em relação aos períodos de férias, mais de metade (56,5 %) dos respondentes afirmou passar as suas férias na Musgueira Sul, indo às vezes para a praia ou «indo a Lisboa».

A Musgueira Sul revela-se como uma comunidade com *identidade social* própria (cf. Keller, 1968; Tajfel, 1981). É este um traço característico de dezenas de «bairros de lata» e outros aglomerados habitacionais degradados que pululam por Lisboa. O menosprezo deste facto comunitário por parte dos decisores autárquicos tem conduzido a graves disfunções sociais em muitos dos bairros de realojamento construídos nesta cidade. As redes sociais que constituem a estrutura de suporte quotidiano destas comunidades são geralmente ignoradas e destruídas nos processos



Quadro XI

Actividades desenvolvidas ao fim do dia e ao fim-de-semana (percentagem de indivíduos)

			FIM DO DIA		FIM DE SEMANA	
			INVERNO %	VERÃO %	INVERNO %	VERÃO %
NA MUSGUEIRA	EM CASA	Lida da casa	49,5	47,7	39,6	34,2
		Actividades lúdicas	65,8	49,5	62,2	41,4
		Outras	65,8	51,4	62,2	39,6
	FORA DE CASA	Mata	6,3	8,1	9,9	12,6
		Horta	0,9	0,9	3,6	3,6
		Café	8,1	8,1	1,8	2,7
		Actividades associativas e desportivas	7,2	6,3	12,6	9,0
		Convívio na rua	17,1	23,4	22,5	19,8
		Casa de amigos	3,6	2,7	4,5	2,7
		Casa de família	4,5	2,7	4,5	2,7
FORA DA MUSGUEIRA	Actividades lúdicas	1,8	3,6	23,4	34,2	
	Família	0,9	1,8	16,2	11,7	
	Amigos	•	•	2,7	3,6	
	Outras	7,2	8,1	10,8	15,3	

de realojamento. As identidades e valores próprios de cada comunidades são aniquilados, levando a situações críticas geradoras de anomia, perfeitamente evitáveis se fossem respeitadas as dinâmicas comunitárias preexistentes.

Os factos apontados são de molde a alertar os projectistas dos espaços construídos para os perigos de um planeamento urbano que, embora possa parecer correcto do ponto de vista das ciências físicas, acarreta enormes riscos quando considerados na perspectiva das ciências sociais. Sempre que a colaboração efectiva entre os especialistas de ambos os domínios for implementada, é razoável crer que esses riscos poderão ser diminuídos. Tal como é previsível que sejam aumentados na ausência desse diálogo.

BIBLIOGRAFIA

- BANHA, R. (1986): *Demografia e Actividades no Concelho do Barreiro e na Área Metropolitana de Lisboa*, Câmara Municipal do Barreiro.
- FERREIRA (1987): *Por Uma Política da Habitação*, Afrontamento, Lisboa.
- FREITAS (1973): «Realojamento», in *Boletim da GTH*, vol. 4, n.º 25, 2.º semestre, CML, Lisboa, pp. 175-182.
- HALLMAN (1984): *Neighborhood: their place in Urban Life*, Sage, Beverly Hills.
- INE (1981): *XII Recenseamento Geral da População e II Recenseamento Geral da Habitação — Antecedentes, Metodologia e Conceitos*, INE, Lisboa.
- INE: *Recenseamento Geral da População (1911 a 1981) e Recenseamentos Gerais da Habitação (1970 e 1981)*.
- KELLER (1968): *The Urban Neighborhood*, Random House, N.Y.
- LOPES, B.; LOPES, F. (1966): «O fenómeno da urbanização e suas incidências em Portugal», in *Informação Social*, n.º 3, Julho-Setembro, Lisboa, MSA, pp. 18-38.
- MACHADO, BOAVIDA e PEREIRA (1986): «Contributos da Sociologia para o Estabelecimento de Critérios de Qualidade na Habitação», in *Encontro Nacional sobre a Qualidade na Construção*, LNEC, Lisboa.
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA (1982): *Caracterização da Cidade de Lisboa*, SCML.
- RAMBAUD (1969): *Société Rural et Urbanisation*, 2.ª ed., Ed. du Seuil, Paris.
- SOCZKA, BOAVIDA, MACHADO e PEREIRA (1985): *Ecologia Social da Musgueira Sul I — Análise Sócio-Demográfica e das Condições Ambientais*, LNEC, ITI 53.
- SOCZKA, FREITAS, MACHADO e BOAVIDA (1988): *Levantamento Sócio-Demográfico da População Residente na Área de Intervenção do Plano Geral de Urbanização do Alto do Lumiar e Respektivas Condições Habitacionais — 1. Manual do Inquiridor*, LNEC, ITI, 79.
- SOCZKA, L. (1986) *A Perspectiva Ecológica em Psicologia*, LNEC.
- SOCZKA, MACHADO e FREITAS (1988): «Factores de Risco Psico-Sociológico no Bairro da Musgueira Sul», in *Seminário sobre Prevenção da Insegurança Urbana — Adopção de Políticas Locais Coordenadas*, CML, Lisboa.



*Luís Soczka, Paulo Machado, Maria João Freitas e Marta Moura*

SOCZKA, MACHADO, BOAVIDA, FREITAS e PEREIRA (1987): *Ecologia Social da Musgueira II — Metodologia de Construção de Um Questionário de Aplicação em Larga Escala para o Estudo de Redes Sociais, Dinâmica Familiar e Espaços e Tempos de Acção na Musgueira Sul*, LNEC, ITI 73.

TAJFEL (1981): *Grupos Humanos e Categorias Sociais*, Livros Horizonte, Lisboa.

VIEIRA, A.L. (1979): «Noções operatórias sobre a cidade, população urbana e população rural», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 1, Janeiro-Junho, Lisboa, Sá da Costa, pp. 105-128.

## ANEXO I

ESTRUTURA POPULACIONAL DA MUSGUEIRA SUL — 1981

G.E.	HOMENS	% H.	% G.E.	% TOTAL	MULHERES	% M.	% G.E.	% TOTAL	TOTAL	%
0-4	153	8,7	51,3	4,4	145	8,4	48,7	4,2	298	8,6
5-9	182	10,4	50,4	5,2	179	10,4	49,6	5,2	361	10,4
10-14	228	13,0	52,2	6,5	209	12,1	47,8	6,0	437	12,6
15-19	223	12,7	54,9	6,4	183	10,6	45,0	5,3	406	11,7
20-24	155	8,8	50,7	4,5	151	8,7	49,3	4,3	306	8,8
25-29	110	6,3	53,9	3,2	94	5,4	46,0	2,7	204	5,9
30-34	79	4,5	55,6	2,3	63	3,7	44,4	1,8	142	4,1
35-39	75	4,3	43,6	2,2	97	5,6	56,4	2,8	172	4,9
40-44	113	6,4	49,7	3,3	114	6,6	50,2	3,3	227	6,5
45-49	122	7,0	51,0	3,5	117	6,8	49,0	3,4	239	6,9
50-54	97	5,5	47,5	2,8	107	6,2	52,5	3,0	204	5,9
55-59	72	4,1	55,8	2	57	3,3	44,2	1,6	129	3,7
60-64	50	2,9	44,6	1,4	62	3,6	55,4	1,7	112	3,2
+ 65	95	5,4	39,0	2,7	148	8,6	60,9	4,3	243	7,0
<b>TOTAL</b>	<b>1 734</b>	<b>100,0</b>	<b>50,4</b>	<b>50,4</b>	<b>1 726</b>	<b>100,0</b>	<b>49,6</b>	<b>49,6</b>	<b>3 480</b>	<b>100,0</b>

ESTRUTURA POPULACIONAL DA MUSGUEIRA SUL — 1987

G.E.	HOMENS	% H.	% G.E.	% TOTAL	MULHERES	% M.	% G.E.	% TOTAL	TOTAL	%
0-4	136	8,0	52,9	4,0	121	7,0	47,0	2,9	257	7,5
5-9	136	8,7	53,6	4,3	128	7,5	46,4	1,4	276	8,0
10-14	159	9,4	48,9	4,7	166	9,7	51,0	4,9	325	9,5
15-19	190	11,2	49,0	5,6	192	11,2	50,3	5,6	382	11,2
20-24	190	11,2	49,0	5,6	197	11,5	51,0	5,8	387	11,3
25-29	173	10,2	58,8	15,0	121	7,0	41,2	3,5	294	8,6
30-34	120	7,1	54,8	3,5	99	5,8	45,2	2,0	219	6,4
35-39	81	4,8	51,6	2,4	76	4,4	4,4	2,2	157	4,6
40-44	59	3,5	43,7	1,7	76	4,4	56,3	2,2	135	4,0
45-49	80	4,7	45,5	2,3	96	5,6	55,0	2,8	176	5,2
50-54	107	6,3	52,5	3,1	97	5,7	47,0	2,9	204	6,0
55-59	81	4,8	46,0	2,4	96	5,6	54,0	2,8	178	5,2
60-64	59	3,5	45,7	2,3	70	4,1	54,3	2,0	129	3,7
+ 65	115	6,8	39,9	3,4	180	10,5	61,0	5,3	295	8,6
<b>TOTAL</b>	<b>1 698</b>	<b>100,0</b>	<b>49,8</b>	<b>49,8</b>	<b>1 715</b>	<b>100,0</b>	<b>50,2</b>	<b>50,2</b>	<b>3 414</b>	<b>100,0</b>